

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Governo retoma ideia de leilão para trocar térmicas a óleo por gás.....	2
Título: PEC da sessão onerosa avança no Senado.....	4
Título: Destaques	5
Título: BR Distribuidora renova todo conselho.....	6
Título: Petroleiros questionam estatuto	7
Título: Total inaugura primeiro posto com sua marca no país	8
Título: Ingerência política nos preços não assusta os franceses.....	10
Título: Copel estima concluir venda da Compagas no começo de 2021.....	11
Título: Curtas	13
Título: Consumo de alumínio deve retomar os níveis de 2013.....	14
Título: Ações da Vale caíram muito e não refletem bons números, dizem analistas	15
Título: Bolsonaro terá reunião sobre Amazônia com chefes da região	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Norte e Nordeste devem ganhar com leilão do pré-sal.....	19
Título: Banco confirma aceleração de venda de ativos	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Governo do Rio quer mudar critério de divisão de recursos de megaleilão de petróleo	21
Título: Privatização da Eletrobras não prevê venda de subsidiárias, diz ministro	22
Título: Governo planeja lançar pacote ambiental na próxima semana	23
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: Estatais podem ser entrave no caminho do teto de gastos	25
Título: Rio deve receber só R\$ 326 milhões do megaleilão	27

VEÍCULO:	Correio Braziliense.....	28
	Título: As distorções tributárias na área de combustíveis	28

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	29/08/2019
Seção:	Brasil
Autor:	Rodrigo Polito e André Ramalho Do Rio
Título:	Governo retoma ideia de leilão para trocar térmicas a óleo por gás

O governo vai retomar os planos de realização de um leilão de contratação de energia nova e existente para substituir um grupo de termelétricas a óleo combustível e diesel cujo contrato termina em 2024. O leilão tem potencial de contratação de térmicas a gás natural, de custo mais baixo e menos poluentes, justamente no momento em que o governo discute uma abertura do mercado de gás, para buscar baratear o custo do energético para a indústria.

Segundo o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Ricardo Cyrino, a pasta lançará nos próximos dias uma consulta pública para discutir o assunto com o mercado. A ideia, explicou, é realizar no início de 2020 um leilão do tipo "A-4", com início do fornecimento de energia em quatro anos (2024), exatamente para substituir termelétricas a óleo e diesel, com custo de operação mais caro, cujos contratos terminam no fim de 2023. Esse conjunto de usinas totaliza cerca de 3 mil megawatts (MW) de capacidade instalada.

"A expectativa é que possamos substituir [as usinas a óleo e diesel que serão descontratadas] por térmicas mais baratas", afirmou Cyrino durante o Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase), no Rio. "No regramento, os leilões de energia existente podem ser de 'A-1' a 'A-5', com contratos de 15 anos de duração. Isso nunca foi usado porque nunca foi necessário. Esses leilões podem ter oferta de energia existente e energia nova. Por isso é que vamos usar este mecanismo", completou.

O presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Xisto Vieira Filho, comemorou a medida. Segundo ele, a iniciativa é positiva por dois motivos. O primeiro é que permitirá a substituição de termelétricas por outras que propiciam maior segurança energética. A outra é que encerra a discussão entre energia nova e existente, permitindo que os projetos dos dois tipos participem do mesmo certame. "Energia não tem idade", comentou o executivo.

Presente ao evento, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, também apoiou a iniciativa. "Criou-se uma janela de oportunidade agora para fazer a substituição desses contratos e reduzir o custo de geração do país", afirmou. Segundo ele, a criação de uma proposta prévia para a substituição desse bloco de energia é importante para evitar que em 2023 o setor se veja obrigado a recontratar essas térmicas a óleo, sob o argumento da segurança energética.

"O importante é que se tenha previsibilidade e transparência e se faça um debate antes de estabelecer as regras", completou o diretor da Aneel.

Neste ano, já estão previstos dois leilões de energia. O primeiro é o "A-6", que contratará energia de novos empreendimentos com início de fornecimento seis anos a frente (2025). O segundo é o leilão de energia existente "A-1" e "A-2", marcado para 6 de dezembro.

Ainda no Enase, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, também contou que o plano de capitalização e privatização da Eletrobras será apresentado em breve ao mercado. Segundo ele, o governo fará uma reunião com líderes dos partidos no Senado para discutir a tramitação do plano. "Já tivemos uma reunião com vários líderes da Câmara dos Deputados, teremos também com líderes do Senado, para ver qual é o melhor momento de apresentar a proposta [de capitalização da Eletrobras] e ela como será conduzida".

Segundo ele, o plano aponta que, após capitalização e privatização, a Eletrobras deverá se tornar uma corporação, incluindo as subsidiárias. "Será tudo junto", disse o ministro ao ser perguntado se o governo poderia vender as subsidiárias separadamente. Questionado sobre o potencial de arrecadação com o plano, Albuquerque falou que, "quanto melhor for conduzido o modelo e o processo", maior será a arrecadação.

Pepitone contou que a Aneel prevê publicar no primeiro semestre de 2020 as novas regras para a geração distribuída (GD) - pequenos sistemas de geração, geralmente por fonte solar, para atendimento direto ao consumidor.

A principal discussão em curso com relação ao tema é o aperfeiçoamento das regras atuais. Na prática, hoje o consumidor que utiliza sistemas de GD não recolhe a tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd) em relação à energia que ele fornece à rede elétrica. As distribuidoras defendem a cobrança da tarifa, para não onerar os custos para os demais usuários.

Pepitone disse que, independentemente da decisão que seja tomada, os contratos serão preservados. Ou seja, quem já adotou o sistema de GD não terá

que arcar com o uso da rede de distribuição para compartilhar a energia de seus sistemas com a malha elétrica. "A agência respeita contratos e direitos. Esse rateio será para frente."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Política

Autor: Vandson Lima | De Brasília

Título: PEC da sessão onerosa avança no Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da cessão onerosa e permite a divisão dos recursos arrecadados pela União nos leilões do pré-sal com Estados e municípios.

O texto da PEC permite a divisão do bônus de assinatura com os Estados e municípios, que ficarão com 30% da arrecadação com os leilões. A expectativa é que a cessão onerosa transfira R\$ 10,5 bilhões para os Estados e mais R\$ 10,5 bilhões para os municípios em um único pagamento. A novidade, inserida pelo Senado, é que esse montante será repartido pelos mesmos critérios utilizados para os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM) - que privilegiam locais menos desenvolvidos e com menor renda familiar per capita.

Assim, Estados produtores do pré-sal, como Rio de Janeiro (R\$ 326,1 milhões) e Espírito Santo (R\$ 261,8 milhões) receberão muito menos que outros, em especial das regiões Norte e Nordeste. A Bahia, por exemplo, receberá R\$ 905,5 milhões, ou o Pará, com R\$ 714,6 milhões. Os cálculos são de uma ferramenta disponibilizada pelo senador Cid Gomes (PDT-CE), relator da matéria, em seu site. O Ceará, Estado do relator, receberá R\$ 692,5 milhões pelo critério aprovado. Mesmo o Amapá, do presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM) receberá mais que o Rio: R\$ 375,6 milhões.

Por acordo, foi incluído na CCJ um dispositivo para garantir que esse dinheiro seja usado para investimentos e aporte em fundos previdenciários, ficando vedado seu uso para pagamento de despesas de custeio.

Além da cessão onerosa, a PEC também trouxe mudanças no orçamento impositivo. O relator propôs emenda que retira o limite de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) para a apresentação de emendas de bancada. A mudança foi um pedido de Alcolumbre, segundo Cid, que argumentou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já delimita quais emendas são obrigatórias e quais seus limites de liberação. " Se isso for excluído, facultaria ao Congresso a

apresentação de emendas superiores ao percentual impositivo. Essas que superarem são discricionárias, o governo pode executar ou não", disse. Técnicos ouvidos pelo **Valor** afirmaram que a mudança cria um fator de pressão do Legislativo ao Executivo. Além disso, as emendas discricionárias poderiam canibalizar o Orçamento, pois haverá enorme articulação para retirar recursos de outras áreas, escolhidas pelo governo, para contemplar as emendas.

O texto tinha acordo para ser votado ontem no plenário. Mas o alongamento da sessão conjunta do Congresso Nacional fez Alcolumbre cancelar a sessão. Segundo Cid, a matéria vai a voto na próxima sessão deliberativa. Como sofreu modificações, a PEC terá de posteriormente passar por nova análise na Câmara dos Deputados.

Também ontem na CCJ, o relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE) fez a leitura de seu parecer. Pelo acordo firmado pelos líderes, foi dada vista coletiva de uma semana.

Assim, o relatório vai a voto na CCJ na quarta-feira, dia 4 de setembro, em sessão que começará às 9h. Depois, o relator avalia as emendas de mérito, votadas na mesma comissão até 24 de setembro, mesma data em que a matéria será votada pelo plenário do senado em primeiro turno. O segundo turno, definitivo, ocorrerá até o dia 10 de outubro.

O parecer de Tasso propôs uma série de alterações, tanto em relação às receitas quanto às despesas. Por um lado, Tasso desidratou a economia esperada com a reforma em 10 anos em R\$ 98 bilhões, ao propor mudanças nos critérios de concessão de pensão por morte e suprimir alterações na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadorias especiais. Por outro, prevê um incremento da ordem de R\$ 155 bilhões com a previsão do fim de isenções sobre as exportações agrícolas e entidades filantrópicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Dividendo da Petrobras

O conselho de administração da Petrobras aprovou nova política de remuneração aos acionistas, que vai considerar o nível de endividamento e fluxo de caixa da companhia. A principal alteração será no caso de

endividamento bruto inferior a US\$ 60 bilhões, no qual a Petrobras poderá distribuir aos acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos. Em caso de dívida bruta superior a US\$ 60 bilhões, a companhia poderá distribuir os dividendos mínimos obrigatórios previstos na lei e no seu estatuto social. De acordo com a Petrobras, em comunicado, os critérios utilizados permitem equilibrar a remuneração aos acionistas com sua sustentabilidade financeira e a manutenção da capacidade de investimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: BR Distribuidora renova todo conselho

Os acionistas da BR Distribuidora pretendem renovar praticamente todo o conselho de administração da companhia, recém-privatizada, e formar uma equipe de especialistas em diferentes áreas de negócios. Esse é o perfil da lista dos nove candidatos indicados pelos principais investidores da empresa (aqueles com mais de 1% do capital social), para eleição em assembleia no dia 18 de setembro. Dentre os seis atuais integrantes do colegiado, apenas Edy Kogut, será mantido, por indicação da Petrobras.

Conforme havia se comprometido com o mercado, na ocasião da oferta secundária de ações que reduziu a participação da estatal de 71,25% para 37,5% na BR, a Petrobras indicou apenas três dos nove membros do conselho. Além de Kogut, próximo ao presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, a holding indicou os nomes de Alexandre Carneiro (ex-vice-presidente da Shell Brasil) e Maria Carolina Lacerda (ex- UBS e ex-diretora do Merrill Lynch e atual conselheira da Hypera Pharma), como antecipado pela **Valor**.

Os seis demais indicados são caras novas na BR. Todos eles acumulam passagens por conselhos de outras companhias e vêm da iniciativa privada - perfil diferente do atual conselho, que possui entre seus membros um empregado de carreira da BR (Bruno César Paiva, representante dos empregados) e o servidor público federal Fernando Soares (membro indicado pelo Ministério da Economia). Ambas as vagas serão extintas no próximo mês, já que a BR se tornou uma companhia privada.

A lista de indicações para o conselho da BR é composta, ainda, por outros seis nomes, apresentados pelos demais acionistas da companhia: o administrador Carlos Augusto Piani (conselheiro da Equatorial Energia e diretor da Kraft Heinz); o engenheiro Claudio Ely (ex-presidente da Raiadrogasil e da Drogasil e conselheiro da Dimed); o historiador com especialização em administração

Leonel Dias de Andrade Neto (ex-presidente da Smiles e ex-diretor da Losango Financeira e da Visa do Brasil); o especialista em finanças corporativas Mateus Affonso Bandeira (ex-presidente do Banrisul e ex-conselheiro da PDG); o engenheiro de computação Pedro Ripper (conselheiro da Iguatemi Shopping Centers e da Positivo Tecnologia e ex-diretor da Cisco e Oi); e o economista Ricardo Carvalho Maia (ex-diretor da Ipiranga).

A eleição do conselho está marcada para 18 de setembro. Como a lista de candidatos foi indicada pelos acionistas mais relevantes, a tendência é que não haja grandes surpresas no dia. A assembleia também definirá o novo presidente do colegiado - cargo ocupado hoje pelo economista Augusto Cruz. Segundo fonte da BR, um dos favoritos ao posto é Kogut, por ter mais tempo de casa e bom trânsito com Castello Branco. Kogut é o nome mais acadêmico da lista, embora tenha passagens por empresas como Camargo Correa e Alcoa.

Segundo um analista consultado pelo **Valor**, sob a condição de anonimato, a BR não apresentou nenhum grande nome do setor de óleo e gás. A lista dos candidatos, porém, está alinhada com o desejo do comando da BR de diversificar o perfil de seu time e capturar profissionais com experiência nas áreas onde ela quer avançar nos próximos anos, como varejo, novas tecnologias de meios de pagamento e de fidelidade, além de marketing e precificação.

No início do mês, o presidente da BR, Rafael Grisolia, já havia defendido o equilíbrio na formação do novo time de conselheiros e que o ideal era ter membros com perfis variados de especialistas, com o objetivo de adequar a equipe ao novo momento da empresa - que se prepara para implementar um pacote de dez medidas, em diferentes áreas de negócios, para aumentar a sua rentabilidade.

Um exemplo desse alinhamento foi a indicação de Carneiro, que possui experiência em precificação. Um dos dez pilares do pacote de medidas da BR é, justamente, adotar preços finais segmentados por microrregião, clientes e posicionamento. Nesse mesmo sentido, é possível citar a indicação de pessoas com bagagens no varejo (Ely), tecnologia da informação (Ripper) e na própria distribuição de combustíveis (Maia).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petroleiros questionam estatuto

Representantes dos sindicatos dos petroleiros entraram com uma ação popular, na 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, para tentar reverter as mudanças no estatuto social da Petrobras que visam agilizar as privatizações de subsidiárias da estatal. A ação pede uma liminar para suspender os efeitos da mudança e, no mérito, anular a reforma estatutária que permite que a petroleira venda suas subsidiárias sem a necessidade do aval dos acionistas, em assembleia.

Com a mudança, aprovada em assembleia extraordinária, em abril, a privatização das controladas da Petrobras passa a depender da aprovação somente do conselho de administração, dando agilidade ao processo. A economia de tempo para conclusão de um desinvestimento é de, pelo menos, 30 dias - prazo de antecedência mínima necessária para convocação de uma reunião de acionistas.

Os sindicalistas alegam que, com a mudança "entrega a uma cúpula reduzida de conselheiros com parca representação da coletividade" a aprovação da venda do controle das subsidiárias. Eles defendem, ainda, que a Lei das Sociedades Anônimas dispõe que nem o estatuto social nem a assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de fiscalizar a gestão dos negócios sociais, "fazendo com que alteração estatutária no caso seja totalmente contrária ao princípio da legalidade". Segundo os sindicalistas, as mudanças ferem, ainda, os princípios da publicidade e moralidade.

Procurada, a Petrobras esclareceu que a alteração aprovada no estatuto se encontra em linha com a legislação aplicável, em especial à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), e com a prática do mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Total inaugura primeiro posto com sua marca no país

A gigante francesa Total inaugurou na semana passada o primeiro posto de combustível com a bandeira própria, em Betim (MG), e já se movimenta para dobrar a presença no segmento no país no curto a médio prazo. A aquisição no fim de 2018 da Zema Petróleo, rede até então pertencente à família do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), foi um "passo inicial" da estratégia de crescimento, que deve passar por novas aquisições, de acordo

com Momar Nguer, diretor-geral de marketing e serviços da Total, unidade que inclui todo o segmento de distribuição de combustíveis e serviços.

Após anos namorando o segmento no país, a francesa deu passo decisivo em novembro, quando fechou a compra da rede, que conta com 280 postos e fatia de mercado de pouco menos de 1%. "Nós somos a marca líder em termos de números de lojas na Europa e África. O Brasil é o sexto maior mercado do mundo, então é claro que para nós é importante entrar nele", disse Nguer, que veio ao Brasil para inauguração do posto. O executivo considerou a experiência "muito boa", principalmente pela interação com os funcionários.

A Zema Petróleo foi considerada "o encaixe perfeito" para a Total, que há anos buscava uma oportunidade de aquisição que fizesse sentido no Brasil. Entre 2013 e 2014, a francesa negociou a compra da rede Alesat, mas não conseguiu alcançar um acordo. Agora, avalia alternativas para crescer, tanto o volume de vendas de combustíveis quanto o número de postos com sua marca.

"É muito claro que esse foi um primeiro passo. A ambição da Total não pode ser ter 280 postos de serviços no Brasil. Não é o que nós somos, temos mais de 14 mil postos de serviços no mundo", disse Nguer. Segundo ele, a companhia está "olhando" o mercado, e pode crescer por meio da compra de um ativo maior que a Zema Petróleo, "ou por um número de aquisições de ativos menores."

A intenção é dobrar de tamanho nos próximos três a cinco anos. A posição da companhia no mercado brasileiro vai depender, segundo Nguer, de como os seus concorrentes vão se movimentar. "Podemos nos tornar o quinto ou sexto no mercado, mas vai depender do que os outros vão fazer", disse.

Com a aquisição da Zema, a Total passou a ter bases de distribuição de combustíveis em Barra dos Garças e Cuiabá, no Mato Grosso; Uberlândia, Uberaba e Betim, em Minas Gerais; em Paulínea, Bauru, São José dos Campos e Ribeirão Preto, em São Paulo; em Senador Canedo (GO), Duque de Caxias (RJ) e Brasília. Mais da metade do volume de combustíveis vendido é destinado aos postos que, até então, levam a marca Zema, e estão sendo reformados e reformulados para exibir a bandeira Total. Os demais atendem unidades classificadas como "bandeira branca", sem contrato de exclusividade ou uso de marca de alguma distribuidora.

Segundo Antoine Tournand, diretor-geral de marketing e serviços da Total no Brasil, a companhia pretende seguir vendendo para postos sem bandeira, ao mesmo tempo em que tentará negociar a expansão do uso da sua marca.

"Definitivamente, nossa estratégia é crescer a presença da nossa marca, mas também queremos ter o crescimento das vendas em ambos os mercados [postos com e sem bandeira], e não um em detrimento do outro", disse Tournand.

A lógica é fidelizar os clientes e transformar os postos da rede no conceito "one stop shop" - todos os produtos e serviços necessários em um lugar. "Queremos que o cliente encontre não só combustível, mas também serviços e produtos", disse Nguer. Hoje, a Total tem mais de 8 milhões de clientes diários passando por suas lojas. "O que significa que temos que manter os mesmos padrões no Brasil, e sermos reconhecidos pela qualidade dos serviços oferecidos."

O foco do crescimento, ao menos no começo, será nas regiões onde a companhia já atua por meio da aquisição da Zema. "Queremos que os clientes reconheçam os postos e não precisem viajar quilômetros até achar outra loja da nossa marca", disse Tournand. Por isso, a lógica é crescer gradualmente e manter a proximidade da rede na região Centro-Sul do país, com destaque para São Paulo, de longe o maior mercado brasileiro.

"O Brasil é um país continental, então começar em um pedaço e ir para outro pode não ser o mais fácil", disse Tournand. Os problemas de logística pesam, nesse sentido. Como a rede de distribuição está concentrada no Centro-Sul, ficaria mais complicado crescer para outras regiões, como Nordeste.

Outro incentivo para o foco no Sudeste é a presença de usinas de etanol. "Queremos ter o máximo possível de biocombustíveis em nosso mix de vendas", disse Nguer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Ingerência política nos preços não assusta os franceses

O risco de que o governo brasileiro volte a interferir em preços de combustíveis, como aconteceu no passado, não assusta a Total. "Em todos os lugares do mundo, o preço dos combustíveis é um assunto sensível", disse Momar Nguer, diretor-geral de marketing e serviços da companhia francesa. Segundo ele, enquanto o cliente final acreditar que o governo pode agir para reduzir ou aumentar preços, haverá essa busca por intervenção em momentos de alta. Por

isso, ele entende que é preciso fazer a população entender que o governo pode fazer pouco, e que os preços dependem de forças do mercado.

"Há um ditado na França que diz que 'não se pode parar as águas do mar com os braços'. O governo não pode segurar os preços do petróleo com os braços", disse Nguer.

O que importa para a companhia no país é ter um cenário de equilíbrio, sem privilégios para algumas empresas em detrimento de outras. Questionado sobre as perspectivas de privatização da Petrobras e liberalização do mercado, Nguer disse que "como uma companhia internacional, não vamos comentar decisões de governo. Vamos nos adaptar."

O executivo também não quis comentar se há interesse nos negócios de refino colocados à venda pela estatal brasileira.

"Não é o Brasil que é complicado, é o mundo que está muito complicado. Mas, novamente, o papel da companhia é se adaptar ao cenário", disse. Nguer não arrisca dizer se a economia brasileira vai acelerar a trajetória de recuperação no próximo ano. "Mas, quando você investe em um país, é confiando que haverá crescimento. Você não colocaria dinheiro se achasse que não haveria."

A sede da unidade de serviços e marketing da Total continuará em São Paulo, por ser o centro financeiro do país, e a unidade de exploração e produção de petróleo permanecerá no Rio. Entre seus principais ativos no Brasil estão a participação de 20% no consórcio do campo de Libra, no pré-sal brasileiro, e cinco blocos como operadora na Bacia da Foz do Amazonas. A companhia tem ainda um negócio de lubrificantes, cujas vendas devem ser alavancadas a partir de agora nos postos com sua marca.

Em 2018, a Total obteve lucro líquido consolidado de US\$ 11,5 bilhões, aumento de 39,7%, e receita líquida de US\$ 184,1 bilhões, crescimento de 23,4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Copel estima concluir venda da Compagas no começo de 2021

A estatal paranaense Copel espera concluir até o primeiro semestre de 2021 a venda da sua participação no capital da Compagas, distribuidora de gás do Paraná, disse ontem Daniel Slaviero, presidente da estatal de energia paranaense. A Copel tem 51% da empresa, enquanto Gaspetro e Mistui têm, cada uma, 24,5% da distribuidora de gás.

O processo de venda da Compagas é complexo porque passa pela renovação da sua concessão, que vence em 2024. Além disso, há um "complicador" na discussão: uma lei estadual que antecipou o prazo final do contrato para janeiro de 2019. Desde o início do ano, a distribuidora de gás vem operando por meio de liminar.

"A renovação da concessão é o ponto de partida para voltarmos a falar no desinvestimento da Compagas", disse Slaviero, que participou ontem de um evento com investidores e analistas promovido pela Apimec em São Paulo.

Segundo ele, hoje a companhia negocia com o governo do Estado essa nova concessão. O executivo lembrou que a Agepar (agência reguladora do Paraná) criou um grupo para discutir a questão do gás, que deve resultar em políticas e diretrizes que nortearão os cálculos do novo contrato de concessão da Compagas, como quais investimentos e outorga serão necessários.

Enquanto a venda da Compagas deve ficar para 2021, a Copel espera concluir até março do ano que vem o desinvestimento em seu braço de telecom. Slaviero disse que, neste momento, ainda está sendo elaborada a modelagem de venda da Copel Telecom, que deve ser feita por meio de um leilão na B3.

A entrada de recursos da venda de ativos ajudará a Copel a reduzir ainda mais seu endividamento. Ao fim de junho, a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) estava em 2,6 vezes, abaixo das 3,1 vezes do fim de 2018.

"A alavancagem pode chegar a 1,5 vez se considerarmos a venda da Copel Telecom, que é um recurso relevante que vai entrar no caixa", disse Adriano Moura, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia. Segundo ele, esse seria um índice "muito baixo", considerando que o capital próprio está mais caro que o de terceiros neste momento. O ideal, para o executivo, seria uma alavancagem próxima de 2,5 vezes, desde que sejam feitos investimentos em "bons projetos" com taxas de retorno adequadas que justifiquem o endividamento adicional.

A Copel tem como prioridade um arranjo para manter a concessão da hidrelétrica de Foz do Areia, que vence em 2023. Além disso, considera participar dos leilões A-6 de outubro e de transmissão de dezembro. "Olhamos os leilões com grande atenção, desde que sejam projetos com sinergia com nossa estrutura atual", disse Slaviero.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/08/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas**

Cemig vende imóveis

A Cemig publicou edital de licitação para a venda de imóveis nos municípios de Belo Horizonte, Dolores de Indaiá e Minas Novas, em Minas Gerais. Segundo a companhia, a licitação faz parte da iniciativa denominada "Otimização do Portfólio de Imóveis da Cemig", incluída no seu planejamento estratégico, que tem o objetivo de "otimizar e adensar a ocupação de edificações utilizadas pela empresa, visando a redução de despesas operacionais com manutenção, segurança, limpeza, conservação e pagamento de tributos". Os imóveis não são mais considerados aptos, úteis ou necessários à adequada da prestação de serviços.

Neoenergia avalia leilão

A Neoenergia pretende participar do próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em dezembro, afirmou ontem o diretor presidente da companhia, Mario Ruiz Tagle. Segundo ele, a empresa tem interesse em projetos que tenham sinergia com as áreas de concessão da elétrica, que possui distribuidoras no Rio Grande do Norte (Cosern), Bahia (Coelba), São Paulo (Elektro) e Pernambuco (Celpe), ou que favoreçam o escoamento da energia de parques eólicos do grupo. "Temos clareza na nossa disciplina de alocação de capital. Temos um portfólio importante de projetos para desenvolver nos próximos anos. Mas vamos participar [do leilão] nos projetos que temos algum interesse sempre com foco no que, para nós, seja estratégico", disse o executivo a jornalistas após participar do Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase), no Rio. Ruiz-Tagle destacou como positivo o fato de a autarquia ter lançado o edital do certame com quatro meses de antecedência. A medida permite ao investidor ter mais tempo de estudar os lotes ofertados. Ele lembrou ainda que a empresa tem 4.700 km de linhas de transmissão para implantar fruto de leilões de transmissão anteriores.

Zenkner na Petrobras

O conselho de administração da Petrobras elegeu ontem Marcelo Barbosa de Castro Zenkner como diretor executivo de governança e conformidade. Conforme antecipado pelo **Valor** na segunda-feira, Zenkner era o nome mais cotado. Em comunicado, a Petrobras informou que o executivo atuou como promotor de Justiça membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo entre 1997 a janeiro de 2019. Desde fevereiro, ocupava o cargo de consultor da presidência e membro do comitê de medidas disciplinares da Petrobras, órgão integrante do Sistema de Integridade da companhia e ligado ao conselho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Consumo de alumínio deve retomar os níveis de 2013

A indústria de alumínio no Brasil deve voltar aos níveis de 2013 no fim deste ano e início de 2020. A expectativa da Associação Brasileira da Indústria de Alumínio (Abal) é de que o consumo aparente chegue a 1,5 milhão de toneladas no primeiro trimestre de 2020.

Segundo o presidente da entidade, Milton Rego, o que vai sustentar esse crescimento é o segmento de embalagens voltadas principalmente para medicamentos, alimentos e bebidas.

"Estamos vendo com mais rapidez a substituição do uso de outros materiais pelo alumínio no segmento de embalagens. Esse comportamento deve se manter nos próximos anos", disse.

A estimativa da Abal é de uma expansão no consumo aparente neste ano de 7,5%, ritmo de crescimento do primeiro semestre de 2019. Rego, no entanto, ressalta que a expectativa no início do ano era de uma alta de 10% a 12% neste ano, tornando 2019 o melhor ano para o setor de alumínio no país, ultrapassando 2013, quando ocorreu recorde no consumo aparente.

"A confiança era muito maior na economia, mas o desempenho nesses sete meses já nos fizeram rever as nossas estimativas. O lado bom é que são poucos os setores com crescimento nesses níveis e conseguiremos chegar ao patamar de 2013, o nosso melhor ano", disse Rego.

No primeiro semestre, de acordo com dados da Abal, o consumo aparente de alumínio chegou a 731,8 mil toneladas. Ainda segundo a entidade, grande parte desse consumo foi abastecido pelo produto importado. As compras externas no

período cresceram 10,4%, chegando a 105,7 mil toneladas. Desse volume, 55% foram de produto chinês.

"A China, por força da perda de mercados como os Estados Unidos, está se voltando para países sem restrições tarifárias e o Brasil está entre esses países. Vários mercados estão se protegendo contra o produto chinês e por aqui não, por isso vemos esse crescimento do produto chinês no mercado brasileiro. A China está ganhando espaço de outros fornecedores nacionais."

Do consumo no primeiro semestre, a indústria nacional foi responsável por 626,1 mil toneladas, alta de 7% no comparativo com o mesmo período do ano passado. "Mas, a indústria nacional ainda corre o risco com o produto importado. Proporcionalmente, o crescimento é maior e se o país não tomar medidas como outros mercados, como o americano e o europeu, veremos mais produto chinês por aqui. A China tem excesso de capacidade e tenta distribuir a sua produção nos países sem barreiras."

Pelos dados da Abal, no primeiro semestre o maior crescimento no consumo no país foi de chapas de alumínio. No período, o volume vendido no mercado nacional chegou a 349,6 mil toneladas, uma elevação de 16%. A importação desse produto chegou a 45,6 mil toneladas, um crescimento de 62,1%.

A alta do consumo de chapas de alumínio reflete o comportamento justamente do principal segmento consumidor do metal, que é o de embalagens. No primeiro semestre, esse setor consumiu 287,9 mil toneladas, alta de 11,1%. Transportes foi o segundo maior consumidor de alumínio no período, chegando a 122,2 mil toneladas.

"Já estimávamos que o setor de construção civil, um dos grandes consumidores de alumínio, não teria grandes saltos de crescimento neste ano, em função do desempenho econômico. Embalagens é o que está sustentando e irá sustentar o aumento no consumo nos próximos anos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2019

Seção: Finanças

Autor: Weruska Goeking | De São Paulo

Título: Ações da Vale caíram muito e não refletem bons números, dizem analistas

Em meio a tempestades globais e domésticas, profissionais do mercado financeiro consultados ainda preveem, na média, valorização do Ibovespa até o fim de 2020. E dentre os setores mais relevantes e de maior peso no Ibovespa está o de siderurgia e mineração. Com quatro empresas - Vale, CSN, Usiminas e

Gerdau - no principal índice da bolsa, o setor costuma ser bastante recomendado pelos analistas.

Em meio às condições do cenário econômico e dos fundamentos das empresas desse setor, quem desponta no momento como favorita por analistas ouvidos pelo **Valor** é a Vale.

"Gosto da Vale porque a ação está em patamar atrativo, ainda mais porque ela caiu muito. Quando teve a alta do minério expressiva [no início do ano], a ação não acompanhou", diz Betina Roxo, analista da XP Investimentos.

A companhia é uma importante exportadora de minério de ferro, com destaque para o Projeto Ferro Carajás S11D, onde a Vale extrai minério com pureza de 66,7% - qualidade acima da obtida por seus concorrentes internacionais, com menos poluição, e pela qual a companhia recebe valor adicional por tonelada exportada para a China.

"A Vale ganha prêmio por esse minério na China e o custo dela de produção é baixo", diz Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, destacando que a empresa tem baixo endividamento, o que também joga a favor dela.

As incertezas dos investidores devido à tragédia de Brumadinho (MG), que deixou 248 mortos e ainda tem 22 desaparecidos, não devem afetar fortemente os resultados da companhia nos próximos trimestres. O mercado financeiro, aliás, recebeu com otimismo a proatividade nas provisões da Vale com Brumadinho, que junto das despesas com a tragédia somaram R\$ 23,2 bilhões no acumulado do primeiro semestre de 2019.

Embora atuem nos mesmos segmentos, algumas especificidades de cada empresa de siderurgia e mineração são cruciais na hora do "vamos ver" dos pregões. Tanto que a CSN acumula ganhos de cerca de 59% no ano, enquanto Usiminas, Gerdau e Vale amargam perdas, sendo esta última afetada pelo desastre de Brumadinho.

O endividamento das siderúrgicas subiu fortemente nos últimos anos, mas a CSN é quem mantém os maiores níveis e ainda desperta alguma preocupação dos analistas. "Como ela tem exposição passiva em dólar, porque exporta pouco, qualquer variação no dólar tem importância muito grande", afirma Galdi. Já para a Vale, o endividamento não é uma preocupação, uma vez que suas receitas também são em dólar, o que ajuda a equilibrar o caixa da empresa.

Os desdobramentos da guerra comercial entre China e Estados Unidos também representam um fator importante para o futuro desempenho do setor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa e Renan Truffi | De Brasília****Título: Bolsonaro terá reunião sobre Amazônia com chefes da região**

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem um encontro de cúpula dos países amazônicos para discutir uma política comum de preservação do ambiente e formas de "exploração sustentável" da região. O encontro, segundo ele, deve ocorrer na cidade colombiana de Leticia, em 6 de setembro.

Bolsonaro fez o anúncio ao lado do presidente do Chile, Sebastián Piñera, no Palácio da Alvorada. O chileno aproveitou o retorno da França, onde participou como convidado da reunião do G-7, para tomar um café da manhã com o presidente brasileiro na residência oficial.

Piñera ofereceu a Bolsonaro envio de quatro aviões para combater incêndios florestais na Amazônia. Bolsonaro aceitou a oferta e voltou a criticar condições impostas pelos países do G-7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) para o envio de uma ajuda de US\$ 20 milhões.

O presidente, que recusou a ajuda, disse que "o Brasil não tem preço". Por trás da recusa, estão condições impostas pelo clube de países ricos, como o diálogo com ONGs, para que o dinheiro fosse liberado.

"Sem dúvida os países querem colaborar, respeitando a soberania do Brasil", disse Piñera, que fez uma escala em Brasília no retorno do G-7. "Atualmente, há incêndios na Amazônia, e em outros anos houve incêndios muito maiores. E o presidente Bolsonaro nos explicou o que o Brasil está fazendo", afirmou o mandatário chileno.

Segundo Piñera, "a Amazônia do Brasil é brasileira, mas é certo que muitos países querem colaborar". "Cada país saberá qual colaboração quer receber e qual não quer receber", afirmou.

Bolsonaro voltou a criticar o presidente da França, Emmanuel Macron, por causa do que entendeu como "ofensas a um "presidente da República eleito democraticamente". Ele disse lamentar "a péssima imagem que foi potencializada pelo senhor Macron, inverídica, sobre a nossa Amazônia".

"Essa inverdade do Macron ganhou força porque ele é de esquerda e eu sou de centro-direita também. Deixo bem claro isso aí para vocês", afirmou Bolsonaro a repórteres no Alvorada.

Confrontado pelos jornalistas sobre o fato de Macron ser considerado de centro-direita pela imprensa de seu país, Bolsonaro, que é rotulado como extrema-direita na Europa, insistiu.

"[Macron é centro-direita] para você, para mim, não. Os jornais franceses, não... A gente sabe que é de esquerda até por esse seu comportamento", afirmou.

O "Diário Oficial" da União deve trazer hoje o decreto firmado pelo presidente proibindo as queimadas por 60 dias em todo o território nacional.

O texto do decreto estava sendo finalizado ontem por técnicos da Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ), órgão ligado à Secretaria-Geral da Presidência.

Segundo um rascunho do texto, ao qual o **Valor** teve acesso, a suspensão do uso do fogo "não é aplicável para o controle fitossanitário quando autorizado pelo órgão ambiental competente, para práticas de prevenção e combate a incêndios e para práticas de agricultura de subsistência executadas pelas populações tradicionais e indígenas".

O governo classifica a medida, sugerida pelo ministro Ricardo Salles ao presidente Jair Bolsonaro, como "excepcional e temporária, com o objetivo de proteção ao meio ambiente".

Ontem, em novo parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Advocacia-Geral da União (AGU) reajustou sua proposta e manifestou-se pela destinação inicial de R\$ 1 bilhão do fundo da Petrobras para conter o desmatamento na Amazônia. O montante sugerido anteriormente havia sido de R\$ 500 milhões, é quase metade do que havia sugerido a Procuradoria-Geral da República (PGR): R\$ 1,2 bilhão.

O ajuste foi feito depois que o ministro do STF Alexandre de Moraes reuniu diversas autoridades em uma audiência na manhã de ontem, para discutir o tema.

Segundo a nova proposta, o dinheiro do fundo da Petrobras será dividido da seguinte maneira: R\$ 1 bilhão para ações na área de educação infantil, R\$ 250 milhões destinados ao programa Criança Feliz, outros R\$ 250 milhões para

atividades de empreendedorismo, inovação e ciência, e R\$ 1 bilhão para prevenir e combater os incêndios florestais na Amazônia.

O montante destinado à floresta, observa o advogado-geral da União, André Mendonça, será executado em parte diretamente pela União e, em parte, de forma descentralizada, pelos Estados da região amazônica, em articulação com os ministérios responsáveis, considerando a competência comum na preservação do ambiente.

Moraes é relator de uma ação proposta pela PGR contra a criação de um fundo de R\$ 2,5 bilhões a ser administrado por procuradores da força-tarefa da Operação Lava-Jato em Curitiba. **(Colaborou Luísa Martins)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/08/2019

Seção: Economia

Autor: Daniel Weterman / BRASÍLIA

Título: Norte e Nordeste devem ganhar com leilão do pré-sal

CCJ do Senado aprova divisão de recursos do megaleilão de petróleo entre União, Estados e municípios; plenário vota proposta terça-feira

Os governos estaduais do Norte e do Nordeste devem ser os mais beneficiados com a divisão dos recursos do megaleilão do petróleo, mostra levantamento do 'Estadão/ Broadcast' com base em plataforma lançada pelo senador Cid Gomes (PDT-CE), relator da proposta no Senado. Entre as prefeituras, por outro lado, a situação é mais equilibrada. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou a proposta que divide os recursos do leilão entre União, Estados e municípios.

O texto deve ser votado na terça-feira no plenário da Casa e vai voltar para a Câmara. A proposta faz parte do chamado pacto federativo, conjunto de projetos envolvendo a distribuição de recursos para governadores e prefeitos. O pacote entrou na negociação para votação da reforma da Previdência. Dos dez Estados que devem receber os repasses maiores, nove estão no Norte ou no Nordeste. O governo estadual da Bahia receberá R\$ 905,5 milhões. Maranhão é o segundo que mais terá recursos do leilão: R\$ 731,5 milhões. Minas Gerais é o único Estado fora do eixo Norte/Nordeste entre os dez governos que mais vai arrecadar com o processo: R\$ 537,2 milhões.

Os valores foram calculados com base em uma estimativa de arrecadação. Já entre os municípios, cinco das dez prefeituras mais beneficiadas estão no Sul ou no Sudeste, considerando a soma de todas as cidades dentro do mesmo Estado.

Os municípios paulistas lideram o ranking de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e, conseqüentemente, dos recursos do leilão do petróleo. Juntos, as 645 prefeituras de São Paulo receberão R\$ 1,459 bilhão. As cidades de Minas Gerais vêm em seguida: R\$ 1,437 bilhão.

Crítérios. O leilão será realizado no dia 6 de novembro e tem outorga de R\$ 106,561 bilhões. Desse total, a Petrobrás ficará com R\$ 33,6 bilhões, e Estados e municípios terão R\$ 21,9 bilhões. Pela proposta, os Estados ficariam com 15% dos recursos e municípios com outros 15%, descontada a quantia devida pela União à Petrobrás. No Senado, o relator Cid Gomes (PDT-CE), após acordo com governadores e líderes partidários, estabeleceu que a distribuição será feita seguindo os mesmos critérios do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

O cálculo é feito com base na população de cada município e na renda per capita de cada Estado, informadas pelo IBGE. Durante as discussões da PEC ontem, o relator, senador Cid Gomes (PDT-CE), acolheu uma emenda que estabelece que os recursos devem ser usados em investimentos e em aportes em fundos previdenciários, vedada a utilização para o pagamento de custeio, pessoal ativo, inativo e pensionistas.

“Estados maiores vão ser beneficiados com outros itens que constam dessa agenda”, disse o relator, citando o projeto que permite a Estados e municípios a transformação de contas a receber em títulos que podem ser negociados no mercado, a chamada securitização, e a divisão dos recursos com a exploração do pré-sal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/08/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Banco confirma aceleração de venda de ativos

Esperada como principal condutora das ofertas de ações no mercado brasileiro daqui até o fim do ano, a aceleração de vendas das participações societárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi confirmada publicamente ontem. A notícia, porém, veio sem estimativas de valores ou ativos que poderão ser vendidos, um cronograma de operações ou uma definição sobre um modelo de atuação. A carteira de participações do banco encerrou o primeiro semestre avaliada em R\$ 105,465 bilhões.

O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, limitou-se a dizer que há “chance razoável” de “acontecer algo relevante” ainda este ano em termos de vendas de

participações, enquanto o novo diretor de participações, André Laloni, apenas garantiu que “com certeza este ano vai ter redução nessa carteira”. Por outro lado, Laloni, que trabalhou em bancos de investimento privados ao longo da carreira, foi diretor da Caixa no início deste ano e empossado no BNDES na segunda-feira, frisou que não será divulgado um plano, com datas de operações de venda.

A opção por seguir com vendas diárias no mercado ou fazer ofertas públicas será decidida caso a caso, com critérios técnicos, afirmou Laloni. Segundo o executivo, o mais provável é que o banco de fomento anuncie operações apenas na hora de agir – Montezano ressaltou que, se a opção for por continuar com vendas diárias no mercado, provavelmente não haverá divulgações. O destaque na carteira do BNDES é a Petrobrás. A fatia de 13,9% que o banco detém na estatal encerrou o primeiro semestre avaliada em R\$ 51,582 bilhões, quase a metade da carteira.

Em termos de valores, os outros destaques são as participações na Vale (R\$ 16,780 bilhões), na Eletrobrás (R\$ 8,910 bilhões) e na Suzano (R\$ 4,918 bilhões). Na carteira e no balanço financeiro, a fatia de 21,32% no frigorífico JBS está avaliada em R\$ 6,323 bilhões, mas, pelo valor de mercado, a participação encerrou o semestre valendo R\$ 12,343 bilhões – por questões contábeis, esse ativo não é contabilizado no balanço pela simples cotação das ações. “Vamos procurar ter o menor impacto possível para o mercado”, afirmou Laloni, em entrevista coletiva, no Rio. / V.N.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Daniel Carvalho

Título: Governo do Rio quer mudar critério de divisão de recursos de megaleilão de petróleo

O estado do Rio de Janeiro quer mudar o critério de divisão de recursos da cessão onerosa estabelecido em uma emenda constitucional que avançou no Senado nesta quarta-feira (28).

Está marcado para 6 de novembro um megaleilão de petróleo no qual o governo estima arrecadar R\$ 106 bilhões. Deste total, R\$ 33 bilhões vão para os cofres da Petrobras a título de renegociação de um contrato de exploração de campos de petróleo na área do pré-sal.

Dos R\$ 73 bilhões que sobram, 30% (R\$ 21 bilhões) serão distribuídos para estados (15%) e municípios (15%).

Pelo relatório do senador Cid Gomes (PDT-CE) aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) nesta quarta, a distribuição para estados e municípios respeitará os critérios do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

O cálculo do FPE leva em consideração a renda per capita de cada estado. Ou seja, estados mais pobres recebem uma parcela maior do repasse.

Este critério acaba beneficiando estados do Norte e do Nordeste em detrimento de outras unidades da Federação, como o Rio de Janeiro, em cujo litoral estão os campos que serão leiloados.

O relator da proposta disponibilizou um site com uma calculadora em que é possível saber quanto cada estado e cada município levará com este critério.

O estado do Rio ficaria com R\$ 326 milhões, enquanto a Bahia receberia um repasse previsto em R\$ 905,5 milhões.

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), defende que a distribuição seja feita com base no FEX (Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações), na Lei Kandir (legislação que garante a compensação pelas perdas na arrecadação tributária decorrente da desoneração de exportações) e no FPE.

“O Brasil passa por dificuldades de desenvolvimento econômico não só no Nordeste, mas também no Sudeste. Os estados mais ricos do nosso país são os que estão mais endividados, disse Witzel, que aposta na reversão do critério na Câmara.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/08/2019

Seção: Mercado

Autor: REUTERS-RIO DE JANEIRO |

Título: Privatização da Eletrobras não prevê venda de subsidiárias, diz ministro

O governo ainda está conversando com o Legislativo sobre o melhor momento para o envio ao Congresso do modelo de capitalização da Eletrobras. Além disso, projeto de lei da desestatização do grupo não incluirá a venda de subsidiárias da estatal elétrica, disse **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque,**

nesta quarta-feira (28).

O ministro não deu um prazo para o encaminhamento do projeto de lei da capitalização, que deverá ocorrer pela emissão de ações, diluindo a participação do governo federal.

Desde o governo Michel Temer o assunto vem sendo tratado, mas o plano ainda não conseguiu avançar.

“Já estamos conversando com o Legislativo, já tivemos reuniões com líderes da Câmara, e teremos com os do Senado para ver qual o melhor momento da proposta... como ela será conduzida”, disse o ministro a jornalistas após abertura do Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico.

“Vamos apresentar o modelo após terminar a discussão com pessoal do Legislativo”, adicionou.

O Congresso está focado neste ano na aprovação da reforma da Previdência, e há outros temas da agenda econômica em pauta, como a reforma tributária e a discussão sobre um novo pacto federativo.

Recentemente, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., estimou que a capitalização não seria mais viável neste ano e que o mais provável será uma emissão de ações para a capitalização a partir de fevereiro de 2020.

Bento acrescentou que o modelo trabalhado pelo governo “não terá nada diferente daquilo que já se conhece” e afirmou que não está prevista a venda de subsidiárias do grupo, como Chesf, Eletrosul, Furnas e Eletronorte. “Não terá [venda]. Será tudo junto.”

No dia 20, o Congresso derrubou medida provisória que previa repasses de R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras e que facilitaria a privatização da empresa.

Sem os recursos, a estatal terá que assumir dívidas de subsidiárias, o que comprometerá seu balanço e poderá afetar o preço de suas ações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/08/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Governo planeja lançar pacote ambiental na próxima semana

Para conter o desgaste de imagem provocado pelos incêndios na Amazônia, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) prepara um pacote de ações para a região. Entre as medidas que estão sob análise da equipe jurídica do Palácio do Planalto está um decreto para proibir as queimadas durante o período seco.

O documento foi uma sugestão do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e está sob avaliação da SAJ (Subchefia de Assuntos Jurídicos), órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência.

O pacote ambiental preparado pelo presidente incluirá tanto medidas de combate ao desmatamento como propostas de exploração mineral e vegetal no território da floresta amazônica.

O conjunto de medidas está sendo organizado pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que viajará para a Região Norte na próxima semana.

“Eu vou conversar com os governadores da Amazônia Legal para contemplarmos as necessidades de todos”, disse o ministro à Folha. A região da Amazônia Legal compreende nove estados das regiões Norte e Nordeste.

A expectativa é de que as medidas sejam anunciadas pelo presidente na próxima semana, em um evento no Palácio do Planalto.

Em estudo estão iniciativas como o estímulo à regularização fundiária, a oferta de assistência técnica a produtores rurais e o aperfeiçoamento do CAR (Cadastro Ambiental Rural).

O presidente avalia também incluir na série de medidas o projeto de lei de regularização da atividade do garimpo, que se encontra em fase de sinalização pelo Ministério de Minas e Energia.

A viagem de Onyx Lorenzoni à região da Amazônia, para ouvir dos governos estaduais sugestões de outras medidas, está marcada para aproxima segunda-feira (2).

De acordo com o porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, no dias o governo federal anunciará um pacote de iniciativas para prevenção de queimadas e recuperação da floresta.

Os governadores dos estados que integram a Amazônia Legal estiveram no Planalto na terça (27) e já apresentaram suas demandas.

Entre os pedidos está o de que o governo não abra mão de dinheiro estrangeiro, como o Fundo Amazônia. Talita Fernandes e Gustavo Uribe

Ex-ministros pedem suspensão de projetos

Um grupo de nove ex-ministros do Meio Ambiente entregou ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), uma carta pedindo a suspensão imediata da tramitação de projetos que possam "agravar a situação ambiental no país". O

texto também pede audiências públicas para elaborar um plano de ações para enfrentar a crise ambiental.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/08/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Estatais podem ser entrave no caminho do teto de gastos

Decisão do TCU vê Telebras como dependente do Tesouro. Risco é que avaliação se estenda a outras empresas

BRASÍLIA E RIO- Alvo de pressão de diferentes órgãos do governo por mais recursos, o Ministério da Economia se deparou com mais um obstáculo para cumprir o teto de gastos em 2020. Entendimento recente do Tribunal de Contas da União (TCU) obrigou o governo a considerar toda a despesa da Telebras como parte do Orçamento da União.

A cifra é de apenas R\$ 700 milhões no ano que vem, mas a preocupação é que outras estatais possam entrar nessa nova regra. Integrantes do governo avaliam que os Correios também poderão ficar nessa situação, com um peso muito maior: só em 2018, a empresa gastou R\$ 18 bilhões.

Para o cálculo do teto e das despesas, o que conta é o gasto da empresa, e não o seu resultado líquido. Segundo o entendimento do TCU, estatal dependente é a empresa que recebe do controlador — no caso, do Tesouro Nacional — recursos para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio. Gastos de estatais não dependentes, como a Petrobras, não entram na conta das despesas do governo federal.

AMEAÇA PARA 2020

Técnicos da Secretaria de Orçamento finalizam as contas para o Orçamento de 2020, que será encaminhado amanhã ao Congresso. No próximo ano, o teto crescerá R\$ 47 bilhões, para 1,48 trilhão. Esse montante adicional, porém, será consumido pelo crescimento dos gastos com aposentadorias e pessoal — os efeitos da reforma da Previdência só serão sentidos a longo prazo.

Sem ter como cortar essas despesas, sobrarão menos para outros gastos, o que aumenta a penúria dos órgãos federais. Nesse cenário, o entendimento do TCU complica o quadro.

O tribunal avaliou que a Telebras é uma empresa dependente de recursos do Tesouro Nacional, ou seja, suas despesas precisam ser classificadas como gastos do Orçamento entram para a conta do teto. No caso dos Correios, ainda não há decisão tomada, mas técnicos avaliam que a empresa poderá se transformar em uma estatal dependente. Segundo eles, haveria indícios de que a estatal usou recursos do Tesouro para pagar a folha de pessoal. Hoje, 18 estatais são dependentes do Tesouro.

De 2013 até 2017, de acordo com o TCU, houve aporte de R\$ 1,8 bilhão na Telebras.

Na Infraero, foram R\$ 11,2 bilhões. O caso da estatal responsável pelos aeroportos que estão com o governo federal preocupou o TCU e pode representar outra dor de cabeça para o Ministério da Economia.

A pasta chegou a recomendar à Telebras fechar capital — a empresa tem ações na Bolsa. Na semana passada, o governo anunciou estudos para privatizar a Telebras e os Correios. Ainda não há, no entanto, data para as operações nem o modelo do negócio.

‘NÃO FAZ SENTIDO’

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, pasta à qual a Telebras está vinculada, enviou ofício ao Ministério da Economia solicitando que a situação da estatal como dependente seja reavaliada e que se “leve em consideração a necessidade de tempo hábil para a devida avaliação de seus impactos sobre a companhia, o ministério supervisor, as políticas públicas executadas pela empresa, acionistas, fornecedores, credores e empregados”.

— Não tem sentido colocar dinheiro bom em empresa que pode ser administrada pelo setor privado. É bom que a sociedade tenha a consciência de que manter estatais concorre com outros gastos — disse a economista Elena Landau.

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, defende a manutenção da regra do teto de gastos, a principal âncora do ajuste fiscal.

— Estamos num cenário gravíssimo, e os principais agentes não estão percebendo o tamanho do problema. O nosso cenário-base prevê o rompimento do teto em 2022 e os gatilhos seriam acionados em 2023 — afirmou Salto.

Para Margarida Gutierrez, professora da UFRJ e da Coppead, se o entendimento do TCU prevalecer será muito difícil cumprir o teto de gasto:

— Colocar essa despesa dentro do teto de gastos não faz sentido. É um gasto que a política fiscal não controla, vai acabar de vez com o teto de gastos.

A Emenda do Teto de Gastos prevê, caso a regra seja descumprida, restrições para fazer a despesa voltar para o limite. Ficam proibidos reajustes para servidor, criação de cargo, alteração de estrutura de carreira, admissão ou contratação de pessoal, realização de concurso público, e criação de despesa obrigatória.

Neste ano, o teto não foi um problema para o governo. Há espaço de cerca de R\$ 20 bilhões entre os gastos previstos e o limite estabelecido. A restrição na Esplanada dos Ministérios é imposta pela frustração da arrecadação federal, diante do fraco desempenho da economia. Em 2019, o valor total de investimentos e manutenção da máquina, aprovado no Orçamento, é de R\$ 128 bilhões. Desse valor, R\$ 33 bilhões estão bloqueados.

Colaborou Cássia Almeida

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/08/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Rio deve receber só R\$ 326 milhões do megaleilão

Critério de divisão da arrecadação aprovado em comissão no Senado destina menos recursos a estados produtores de petróleo

BRASÍLIA- O critério de divisão dos recursos que serão arrecadados com o megaleilão do pré-sal poderá fazer com que estados produtores de petróleo, como o Rio de Janeiro e Espírito Santo, recebam menos que outras unidades da federação. O governo do Rio ficará com R\$ 326 milhões, enquanto a Bahia ficará com a

maior parcela, de R\$ 905 milhões. O leilão está marcado para novembro e vai ofertar blocos de exploração de petróleo na costa fluminense.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece essa divisão e os critérios do rateio dos recursos foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e deve ser votada pelo plenário na próxima semana. Em seguida, a proposta irá para a Câmara.

O governo estima arrecadar R\$ 106 bilhões com a iniciativa. Deste valor, serão descontados aproximadamente R\$ 33 bilhões, pagos à Petrobras pela renegociação de um contrato sobre exploração de campos de petróleo. Do

restante, R\$ 73 bilhões ficarão com a União e R\$ 21 bilhões serão divididos entre estados e municípios: cerca de R\$ 10,5 bilhões ficarão com estados e R\$ 10,5 bilhões com municípios.

Governadores e prefeitos poderão usar o dinheiro para cobrir o rombo previdenciário, investimentos e pagamentos de dívidas. O recurso não poderá ser empregado em despesas correntes, como pagamento de salários e custeio da máquina.

WITZEL TENTA MUDAR REGRA

A forma de divisão do recurso foi estabelecida pelo relator, senador Cid Gomes (PDT-CE), que optou pelos mesmos critérios usados para os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM). Eles privilegiam locais menos desenvolvidos e com menor renda familiar per capita.

Além do Rio, produtores como Espírito Santo (R\$ 261 milhões) e São Paulo (R\$ 93 milhões) receberão muito menos que outros, em especial das regiões Norte e Nordeste. Segundo Cid Gomes, o Pará, por exemplo, receberá R\$ 714 milhões e o Maranhão, R\$ 731 milhões.

Com isso, mesmo em grave situação financeira e no regime de recuperação fiscal, o Rio de Janeiro receberá menos que estados em melhor situação financeira. O Rio Grande do Sul, também em crise, ficará com R\$ 131 milhões.

O governador do Rio, Wilson Witzel, tentará alterar o relatório. Ele defende que o critério seja uma média entre as regras do Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), da Lei Kandir e do FPE.

— O FPE hoje não pode ser utilizado mais como critério porque os estados mais ricos da Federação são os mais endividados. O FPE está demonstrando que não está conseguindo equilibrar o país. Vai continuar tendo distorção e o país desequilibrado — disse Witzel.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/08/2019

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: As distorções tributárias na área de combustíveis

Mercado S/A

O mais recente boletim da ANP (Agência Nacional do Petróleo) sobre o mercado de combustíveis, referente ao primeiro semestre de 2019, demonstra por que a simplificação tributária deveria ser prioritária para combater distorções que alimentam uma sonegação que atinge R\$ 7,2 bilhões por ano somente neste setor, segundo estudo da FGV. No mercado de diesel, vale destacar o caso da Atem, empresa que atua na região Norte e já é a quinta maior do país, encostando na Ale Sat, presente em todo o território nacional. A Atem ocupa essa posição graças a uma liminar que a isenta de PIS e Cofins para importar o produto via zona franca de Manaus. A manobra fiscal, que só entre agosto de 2017 e setembro de 2018 capitalizou a Atem em quase R\$ 400 milhões, impulsionou os negócios da empresa em outros mercados, como a distribuição de combustível para o Centro-Oeste, e permitiu que ganhasse fôlego para arrematar, em leilões, as concessionárias da Eletrobrás em Roraima e Amazonas – esta, suspensa pela Justiça.

MME / ASCOM .